

# O desafiante cenário de inflação

» ARMANDO CASTELAR

Professor da FGV Direito Rio e do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador associado do IBRE/FGV

Semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a inflação de meio de mês para março, medida pelo IPCA-15. Havia pouco ou nada para comemorar. A inflação no mês foi de 0,95%, trazendo o acumulado do ano para 2,54%. O mercado espera mais um resultado nessa faixa em abril, levando a inflação do primeiro quadrimestre para 3,5%, que é a meta do Banco Central para todo ano de 2022.

A inflação em 12 meses anda acima disso, batendo em 10,8% este mês. Olhando-se os componentes principais do índice, encontram-se alguns números tão ou mais assustadores. Os preços de alimentos, por exemplo, subiram 12,2% e os de bens industriais, 13,2%, com os de duráveis aumentando 14,9%. Os preços administrados, por sua vez, subiram 14,1%.

O destaque entre os preços administrados são conhecidos: o gás veicular, subiu 43,1% em 12 meses; o gás encanado, 31,0%; a energia elétrica residencial, 28,3%; a gasolina, 27,7%; o gás de botijão, 25,6%, e por aí vai. Só esses itens somam 11,6% da cesta de consumo das famílias, o que dá uma ideia das dificuldades que estas estão enfrentando.

Entre os grandes componentes do IPCA-15, apenas os preços de serviços tiveram alta de um dígito no acumulado de 12 meses: 6,2%. Mas essa taxa vem subindo — era de 4,5% seis meses atrás, por exemplo — e deve seguir fazendo-o, conforme a pandemia retrocede e o setor se recupera.

A inflação alta está transferindo renda do setor privado para o setor público por diferentes canais. Ela tem reduzido as despesas públicas, não só por os salários no setor público estarem sem reajuste, mas também por ela reduzir o valor médio real dos benefícios sociais. Por outro lado, as receitas tributárias aumentam, uma vez que itens como gasolina e eletricidade pagam impostos elevados.

O outro lado da moeda disso, porém, é a redução do rendimento real do trabalho. Os dados sobre isso são mais defasados, mas mostram que, no trimestre terminado em janeiro de 2022, o rendimento real recebido em todos os trabalhos foi 7,2% menor que um ano antes, depois de ter caído 2,7% nos 12 meses anteriores. Ou seja, uma queda de quase 10% em dois anos. Com a inflação na faixa de 1% ao mês, quase, a tendência é a renda real cair mais.

Há perdas também na outra ponta da pirâmide social: os detentores de títulos da dívida pública há algum tempo acumulam perdas, com o rendimento desses papéis ficando abaixo da inflação. Assim, no acumulado de 12 meses até janeiro, último dado disponível, a taxa de juros



implícita incidente sobre a dívida bruta do governo geral foi de 7,9%, enquanto a inflação foi de 10,4%.

Aonde isso vai parar? No curto prazo, há um risco considerável de que a inflação acelere, ainda que a tendência mais à frente seja de queda. Pressionando para cima, neste segundo trimestre de 2022, estarão a retomada de serviços, que deve promover uma tentativa de recuperação das perdas reais no último par de anos, e a inflação importada, em especial por conta da forte alta dos preços das commodities. Jogando a favor, está a significativa valorização do real desde meados de janeiro.

A alta das commodities impressiona. No acumulado de 12 meses até fevereiro, esses preços subiram 30,1%, sendo 22,6% nas agrícolas, 29,7% nas metálicas e impressionantes 61,0% nas energéticas. E essas taxas ainda não captam o impacto da guerra na Ucrânia e, principalmente, as sanções econômicas impostas em reação a ela. Estas, como se sabe, levaram a significativos saltos nos preços de itens como petróleo, soja, trigo etc.

De forma geral, a menos de uma substancial apreciação adicional do real, a tendência dos próximos anos é que a inflação importada siga alta. Isso porque, mesmo que a guerra em si acabe logo (tomara!), as sanções devem permanecer, gerando pressões sobre a oferta de commodities e as cadeias de produção. E porque, apesar da retórica forte, na prática os bancos centrais dos países ricos vão tolerar uma inflação razoavelmente acima da meta nos próximos anos. Um sintoma disso é a inflação implícita nos juros pagos pelo Tesouro americano de 10 anos: 2,95%, quase um ponto acima da meta. Isso significa que os preços externos em dólares devem seguir subindo.

Por aqui, o Banco Central tem sido bem mais firme em elevar os juros do que lá fora. Mas também ele parece disposto a trazer a inflação para a meta apenas gradualmente. Dificilmente, isso ocorrerá em 2023. Enfim, a volta da inflação ao topo das manchetes de economia ainda deve durar um tempo, infelizmente.

## Frear a boiada urbanística no DF

» BENNY SCHVARBERG

Professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB)

» HENRIQUE ADRIANO

Arquiteto urbanista, integrante do coletivo Agenda Popular do Território

Vivemos tempos de “boiadas”, termo cunhado pelo ex-ministro do Meio Ambiente do atual governo para significar a liberação oportunista de todo tipo de licenciabilidade no regramento ambiental. Tal fenômeno também tem se alastrado sobre a legislação urbanística, pautando os processos de revisão de instrumentos da política urbana pelo país.

No Distrito Federal (DF), a “boiada urbanística” se reproduz na revisão do Plano de Ordenamento Territorial (Pdot) e da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) e, mais recentemente, na proposição dos Projetos de Lei Complementar (PLCs) de Muros e Guaritas e de Parcelamento do Solo, recém submetidos a Audiências Públicas.

O PLC de Muros e Guaritas autoriza o cercamento dos condomínios horizontais, forma de ocupação que, irregularmente, se disseminou no DF sob a convicção de sucessivos governos. Não se restringe à regularização de loteamentos fechados existentes, permitindo também novos parcelamentos nesta modalidade.

Expressão de um urbanismo corporativo e privatista, esses loteamentos configuram enclaves sociais caracterizados por baixas densidades urbanas. Contribuem para a dispersão e fragmentação de uma cidade já difusa, com o consequente aumento dos custos ambientais e sociais da urbanização.

O PLC estimula esse modelo, ao deixar de apresentar dispositivos e orientações para que os loteamentos fechados existentes se integrem ao tecido urbano e se configurem como bairros, com ruas vivas e usos mistos pensados a partir dos eixos de transporte público de alta capacidade.

Pelo contrário, a cidade vislumbrada na proposta é a das vias expressas, dos automóveis individuais, estéril e monofuncional. Apesar da suposta segurança propagandeada por empreendimentos do tipo, as localidades mais seguras do DF são, justamente, aquelas com espaços públicos generosos, acessíveis, que têm sua melhor expressão nas superquadras residenciais do Plano Piloto.

Concebidas por Lucio Costa, com prédios sob pilotis para permitir o ir e vir de um chão de cidade livre e democrático, pensadas como unidades de Vizinhança, com o compartilhamento de serviços e equipamentos públicos, as superquadras representam a antítese do urbanismo dos muros estimulado pelo PLC. Essa oposição fica evidente diante da permissão da existência de vias de grande porte e de equipamentos públicos no interior dos loteamentos fechados, o que, na prática, significará sua privatização.

São esperançosos, todavia, os posicionamentos críticos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-DF) e de estudiosos da Universidade de Brasília (UnB), quando apontam a inconstitucionalidade do projeto em questão. As obrigações sociais que integram o direito à propriedade e configuram o princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade urbana estão desconsideradas no texto apresentado. Além disso, o PLC viola o direito de ir e vir e o direito à mobilidade urbana eficiente, também garantias constitucionais.

Da mesma forma, o segundo PLC em análise, de Parcelamento do Solo Urbano, é cointervente com os loteamentos fechados ao não

identificar os cercamentos como geradores de impactos urbanísticos negativos. Mais que isso: a proposta remete à regulamentação futura, não sujeita à aprovação legislativa, as formas de compensação por tais impactos, abrindo caminho para que todo e qualquer impacto seja admissível desde que compensado. Como diz o ditado popular: “Pagando bem, que mal tem?”.

Outra temeridade desse PLC envolve o enfraquecimento do controle social sobre o licenciamento urbanístico, materializado na dispensa de manifestação do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do DF (Conplan) em retificações e ajustes nos projetos registrados, bem como em alterações de parcelamentos consolidados. Nesse segundo caso, também podem ser dispensados estudos de impacto urbanístico e ambiental e a participação social.

É de se estranhar que a proposta disponha sobre um dispositivo que incide sobre áreas consolidadas, capaz de alterar parâmetros de uso e ocupação do solo. Há grande possibilidade que tal alternativa se converta em “balcão de negócios”, atropelando as determinações pactuadas em outros planos e leis.

Ante os riscos apontados, é imprescindível que entidades e movimentos sociais que têm compromisso com o direito à cidade se mobilizem reivindicando um debate amplo e democrático ao Governo do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do DF acerca dos PLCs, resistindo aos retrocessos urbanísticos inaceitáveis. A “boiada urbanística” não pode passar. Uma outra política urbana, para uma outra cidade, é possível e cada vez mais necessária.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Educação ainda é caso de polícia

Quando a educação deixa de ser uma questão, cujos ajustes técnicos podem ser encontrados dentro das ciências da didática e da pedagogia, e passa a requerer a intervenção direta da força policial, para que se consiga um mínimo de desempenho, temos que admitir, o mais urgentemente possível, que não estamos diante de um problema de educação propriamente dito, mas, sim, diante de um fenômeno capaz de destruir o nosso mediocre sistema de ensino, transformando nossas escolas em ambientes de alto risco para alunos, professores, trabalhadores e toda a comunidade no seu entorno.

Esse é mais um elemento a se juntar ao conjunto de problemas que assolam nosso sistema de ensino desde sempre e que nos empurra para o fim da fila, quando o assunto é avaliação da qualidade de nossa educação pública, vis-à-vis a outras nações. Se a educação, como repetia o filósofo de Mondubim, é baseada num conjunto de bons exemplos, vindos de cima para baixo, estamos numa enrascada de todo o tamanho.

O imbróglie envolvendo agora o ministro da pasta e seus assessores diretos, com o uso da fabulosa verba desse ministério sendo direcionadas, prioritariamente, para amigos, correligionários e irmãos de fé, mostra que o problema a afligir todo o sistema de educação do país perpassa todas as hierarquias, atingindo, de forma igualmente ilegal todos os operadores da educação, do ministro ao aluno mais modesto.

Trata-se de uma questão sistêmica a afligir todo o edifício da educação em nosso país e a possibilidade de que essa enorme estrutura venha a se colapsar por completo. Em meio a esse desmoronamento do sistema, os pais parecem viver um pesadelo, pois são obrigados, por lei, a mandar seus filhos para a escola a partir dos quatro anos. Aos casos escabrosos de fachadas, tiroteios, tráfico de drogas, camisa de força, torturas, ameaças e espancamentos, ocorridos quase que diariamente dentro e nas proximidades das escolas, juntaram-se também o episódio em uma creche, em Vila Formosa (SP), em que diretora é a principal suspeita de torturar, sadicamente amarrando e prendendo os bebês em quartos escuros, e cometer crimes só vistos em pesados filmes de terror.

Não há como negar que, de cima a baixo, o que a população brasileira tem como sistema de educação, mesmo com a verba para esse ano ultrapassando a casa dos R\$ 140 bilhões, é um caso de polícia, com as escolas e o próprio ministério cercados pelos agentes da lei, com todos de mãos levantadas, num salve-se quem puder.

O reforço no batalhão escolar, como determinado agora pelo GDF, com varreduras e outras medidas preventivas de ordem policial, mostram que ainda estamos muito longe de uma escola ideal, capaz de inserir o país no século 21.

### » A frase que foi pronunciada

“A pesquisa e o estudo a partir das vertentes imagísticas estão apenas começando. Somente o ponto do iceberg despertou. A partir do século 21, os interessados neste assunto devem se dedicar intensamente, pois, das imagens surgirão não só revelações sobre o corpo psicológico e físico, como descobertas das potencialidades mentais dos seres humanos. As descobertas futuras sobre o inconsciente revolucionarão a história da raça humana.”

Nise da Silveira

### De repente

» Só pode ser influência política porque não faz sentido em termos de engenharia. Em plena curva, uma parada de ônibus de cada lado e a velocidade que era 80km/h passa para 40km/h. Estão preparando os novos parkais no Trecho 11 do Setor de Mansões do Lago Norte com essa novidade.

### Burocracia

» Faltam mais técnicos na Novacap para agilizar a liberação habite-se. São muitas as reclamações vindas do novo bairro do Taquari. A companhia cobra, por exemplo, que cada lote tenha dispositivos de contenção de águas pluviais. Só assim liberam o habite-se. Acontece que a Adasa implementou um reservatório de águas pluviais a poucos metros da área cobrada, o que, segundo a lei dispensa os moradores dessa obra. (Artigo 5º § 3º da Lei Complementar 929/2017)

### Choque de realidade

» Alguém teve paciência de colecionar capas de revistas desde o ano 2003. Uma retrospectiva interessante para atravessar notícias fakes e colocar o pé na realidade. Disponível no *Blog do Ari Cunha*.

### » História de Brasília

*Não funciona, não é por isso não. É porque todos os ministros são uns eternos turistas e o que é pior, turistas sem planos. O ministro da Viação, que faz planificação de trabalho, pode apresentar resultado positivo. Os demais, coisíssima alguma. (Publicada em 20/2/1962)*